

Isto é muito grave no caso da Região Metropolitana de São Paulo que, pela impermeabilização de sua enorme superfície, não permite que o solo possa suprir de água, minimamente, os córregos e rios no período de estiagem. Assim, a contínua e elevada carga de esgotos neles lançada encontra situações ainda mais desfavoráveis para a sua diluição nesse período mais seco.

Os materiais lançados na água - quando não obstruem completamente as estruturas de drenagem - são arastados e dissolvidos rio abaixo, podendo também afetar o abastecimento da população⁴. Assim, as águas das chuvas que deveriam alimentar a cidade vão sendo contaminadas por ela, afetando a população de diferentes maneiras, principalmente quando alcançam os reservatórios de abastecimento e as áreas habitadas nas baixadas. Nessas últimas, as águas das chuvas têm um contato direto com a população, mercadorias, veículos e construções quando ocorrem as inundações e, por carregarem todo tipo de sujeira e contaminantes, agravam tremendamente os efeitos negativos das inundações sobre a saúde da população.

A leptospirose, hepatite e várias outras doenças que também podem ser fatais, como as diarréicas, exemplificam os resultados desse contato com as águas, tornadas sujas pelo acúmulo de poluentes de vários tipos. Dentre esses se encontram os produtos utilizados no dia-a-dia para atividades de limpeza doméstica, os que as indústrias estocam, utilizam e descartam, dentro e fora de suas instalações, até aqueles utilizados, vendidos ou manipulados em toda a cidade, como os lubrificantes, combustíveis e diversos tipos de materiais de construção. Fazem parte dessa relação, os resíduos lançados no solo, ou liberados pelos veículos no ar, ou na superfície das ruas, os resíduos e esgotos de hospitais, serviços de saúde e cemitérios, entre outros.

Trata-se, como se vê, de assegurar a qualidade desses espaços e a sua limpeza em diferentes níveis, para que as águas precipitadas resultem saudáveis ou, no mínimo, tenham seu potencial de contaminação reduzido para níveis menos perigosos. Portanto, o controle de inundações necessita superar a prática tradicional, centrada na tentativa de afastar rapidamente as águas da chuva de uma determinada localidade. Na região metropolitana, além de não mais existirem localidades isoladas, há usos cada vez mais importantes situados rio abaixo. Dessa forma, deve-se respeitar a necessidade de espaços para acomodar a água das chuvas, sem transferir as enchentes e adotar medidas efetivas para criar espaços saudáveis, limpos e adequados em todo o seu percurso.

1.3 CONSEQUÊNCIAS E PERSPECTIVAS DE AGRAVAMENTO

1.3.1 Os efeitos sociais

As situações apresentadas no item anterior mostram que a drenagem urbana precisa ser tratada, inicialmente, a partir do conceito básico e elementar de que as águas necessitam de seus espaços e que os mesmos estão definidos e reservados na natureza. Qualquer supressão ou redução destes espaços obriga as águas a procurar áreas alternativas, rompendo as condições de escoamento equilibrado e provocando enchentes. Isto é o que ocorre com a urbanização sem critérios, que tende a avançar sobre os espaços das águas, ocupando-os ou transformando-os para os seus usos, provocando desequilíbrios.

Foi visto anteriormente, também, que as obras mais tradicionais, como as canalizações, e aquelas mais recentes, como os piscinões, têm custos e impactos que são assumidos pelo poder público e, em última análise, pela população. Há que se considerar, porém, que os maiores responsáveis por esses impactos são os proprietários dos imóveis, agentes econômicos e seus representantes no poder público que, com base em sua anuência, explícita ou não, promoveram uma série de transformações nas características naturais das bacias, com o objetivo de aumentar áreas edificáveis e suas conseqüentes vantagens econômicas sobre esse território.

Além deste aspecto socialmente injusto, é preciso analisar que esta lógica equivocada de permitir a ocupação e a utilização do espaço das águas (ocupação de várzeas, impermeabilização e desenvolvimento dos processos erosivos) não constitui a melhor estratégia para o desenvolvimento urbano sustentável. Isto porque exige obras vultuosas, para enfrentar os efeitos decorrentes.

Mesmo que a redução dos impactos passe a ser assumida financeiramente pelos responsáveis (proprietários de imóveis), as dificuldades na execução das ações de recuperação e a impossibilidade prática de se obter condições equivalentes às originais, transfere outros custos para o conjunto da população. Em termos práticos, o custo final de reparação ou recuperação dos bens naturais é sempre muito superior ao de sua preservação, mesmo que ele tenha sido desprezado em metodologias de cálculo destinadas a privilegiar determinados segmentos sociais.

Esse procedimento é mais um dos que eternizam a participação do poder público na exclusão social urbana.